Volume 23 Issue 13
Originally issued as D3



Global Journal of human-social science: D
History, Archaeology & Anthropology
Volume 23 Issue 3 Version 1.0 Year 2023
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Mariana: The Construction of the City and its Paths

By Fabiana da Silva Viana
Universidade Federal de Minas Gerais

Abstract- In this article I present historical data about the creation of the city of Mariana, located in the state of Minas Gerais, Brazil. This city was of great importance throughout the 18th and 19th centuries, as it housed authorities and political, religious and administrative institutions. The information presented in the article was gathered through extensive bibliographical and documental research, carried out from the approach of Social History and Italian micro-history. In the records about the construction of the city, the efforts of the authorities to order the public spaces, were noted guaranteeing the control of material goods and the movement of people through the territory of the mines.

GJHSS-D Classification: *FOR Code: 210399*



Strictly as per the compliance and regulations of:



© 2023. Fabiana da Silva Viana. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

Mariana: The Construction of the City and its Paths

Mariana: A Construção da Cidade e de Seus Caminhos

Fabiana da Silva Viana

Resumo- Neste artigo apresento dados históricos sobre a criação da cidade de Mariana, localizada no estado de Minas Gerais, Brasil. Essa cidade teve grande importância, ao longo dos séculos XVIII e XIX, pois abrigou autoridades e instituições políticas, religiosas e administrativas. As informações apresentadas, no artigo, foram reunidas por extensa pesquisa bibliográfica e documental, realizada a partir da abordagem da História Social e da micro-história italiana. Nos registros sobre a construção da cidade, notou-se o empenho das autoridades em ordenar os espaços públicos, garantindo o controle dos bens materiais e trânsito de pessoas pelo território das minas.

Abstract- In this article I present historical data about the creation of the city of Mariana, located in the state of Minas Gerais, Brazil. This city was of great importance throughout the 18th and 19th centuries, as it housed authorities and political, religious and administrative institutions. The information presented in the article was gathered through extensive bibliographical and documental research, carried out from the approach of Social History and Italian micro-history. In the records about the construction of the city, the efforts of the authorities to order the public spaces, were noted guaranteeing the control of material goods and the movement of people through the territory of the mines.

I. Introdução

Quando criança, eu viajava com meu pai para a cidade histórica de Cachoeira do Campo (Minas Gerais, Brasil). Ficávamos hospedados em um casarão antigo, dentro de uma grande propriedade onde acontecia a extração de mármore. No caminho até lá, além de casas antigas, avistamos ruínas de outras construções ainda do tempo colonial. A cidade de Cachoeira do Campo ficava próxima de outras duas cidades, também históricas e de grande importância para o estado de Minas Gerais: Ouro Preto e Mariana. Eventualmente precisávamos nos deslocar até essas outras duas cidades, e, nesse caminho, fui me envolvendo com o traçado dos morros e as muitas histórias de sua ocupação.

Anos mais tarde, como integrante do grupo de pesquisa em história da educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, tive a chance de realizar uma densa e longa pesquisa sobre o estado de Minas Gerais, concentrando-me, sobretudo, no estudo da região mineradora das comarcas de Ouro Preto e de Mariana.[1] Considerando o volume e a riqueza do material localizado para a cidade de Mariana (sede da comarca de Mariana, Minas Gerais, Brasil), passei a me dedicar ao estudo dessa localidade. A narrativa que apresento a seguir foi construída nesse caminho por estradas, arquivos documentais e bibliotecas mineiras. Nela retrato a intenção das autoridades coloniais em endireitar a rude paisagem mineira, traçando novos caminhos e buscando um maior controle sobre sua população e a exploração mineral.

II. Ocupação e Transformação do Espaço

> Gomes Freire de Andrade, Amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar. Attendendo, a que a villa de Ribeirão do Carmo he a mais antigua das Minas Gerais, e que fica em citio muito cômodo para a ereção de hua das duas novas Cathedraez, que tenho determinado pedir a S. Santidade no territorio da Diocese do Rio de Janeiro: Fui servido crear Cidade a dita Villa de Ribeirão do Carmo, que ficara chamando-se, Marianna; e a sim vos ordeno o façais praticar, e publicar [...].[2]

Cláudia Damasceno Fonseca (1998) escreveu um interessante texto sobre *O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações*. Neste estudo sua intenção foi tratar da "morfologia urbana" da primeira capital mineira, desde a chegada dos bandeirantes até meados do século XIX, quando todas as construções existentes hoje no centro histórico da cidade já haviam sido construídas. Para isto a autora recorreu a documentos cartográficos, fotografias, aquarelas, gravuras, pinturas e a uma bibliografia já existente sobre a cidade, destacadamente, as obras de Diogo de Vasconcelos, de Salomão de Vasconcelos e do cônego Raimundo Trindade. Os dados reunidos na consulta a essas fontes permitiu à pesquisadora elaborar "mapas-síntese" de cada uma das fases de ocupação da cidade – como os apresentados abaixo. Permitiu-lhe, ainda, verificar o papel exercido pelos poderes religioso e civil na constituição e

Author: Doutora e Pós-doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente coordenadora pedagógica no Colégio Santo Agostinho – Contagem, Minas Gerais, Brasil. e-mail: fabianadasilvaviana@gmail.com

[1] VIANA, 2012.
[2] CARTA RÉGIA. Lisboa, 23 de abril de 1745.

© 2023 Global Journals

regulamentação do espaço urbano de vilas e cidades coloniais brasileiras.

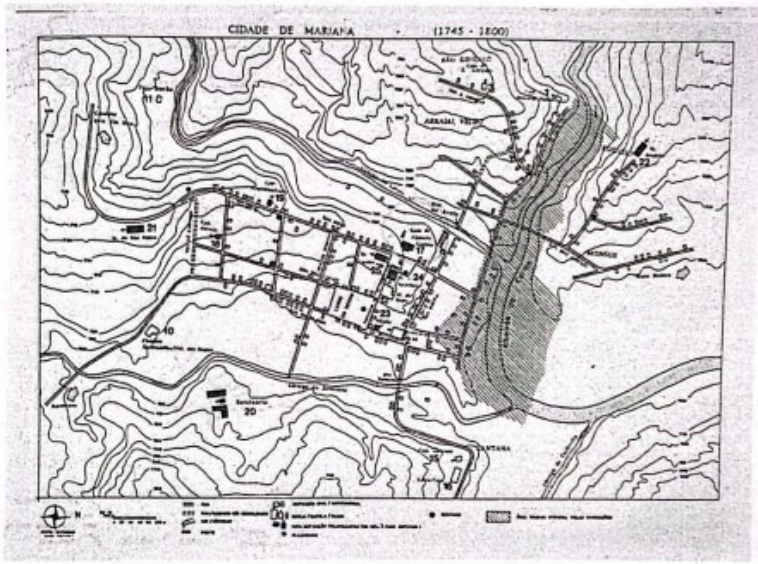


Fig. 9 – Mapa-síntese da Cidade de Mariana (1745-1800). As hachuras indicam a extensão provável (segundo a documentação e a topografia) das inundações de meados do século XVIII. Novas edificações: Casa de Câmara e Cadeia (17), Capela das Mercês (18), Capela da Arquiconfraria (19), Seminário (20), Igreja de São Pedro (21), Igreja do Rosário (22), Aljube (23), Igreja de São Francisco (24), Igreja do Carmo (25).

Fonte: FONSECA, 1998, p. 62.

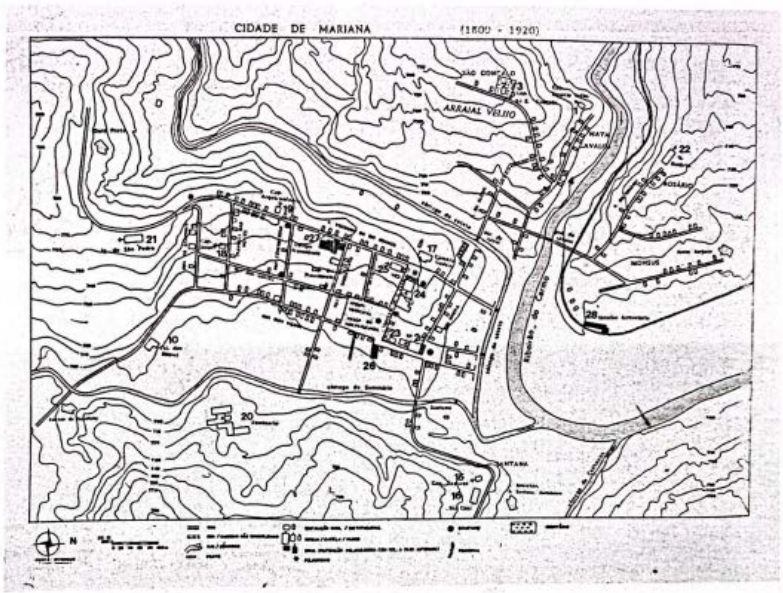


Fig. 13 – Mapa-síntese da Cidade de Mariana (1800-1920). No "centro histórico", poucas novas construções de vulto: o Teatro (26) e o Colégio Providência (27). A alteração mais importante desse período foi a ocupação de uma parte da margem esquerda, com o estabelecimento da estrada de ferro, com sua Estação (28) e o pequeno loteamento dos ferroviários ao lado.

Fonte: FONSECA, 1998, p. 65.

Como ocorreu em outras localidades do território mineiro, a cidade de Mariana originou-se da descoberta de metais e pedras preciosas. Em 1696, os bandeirantes Miguel Garcia e Salvador Fernandes Furtado chegaram às margens de um ribeirão "riquíssimo em ouro".[3] Esses dois homens, mais aqueles que os acompanhavam em comitiva, instalaram-se na beira do ribeirão, repartindo entre si as

[3] FONSECA, 1998, p. 28.

© 2023 Global Journals

datas minerais e erguendo as primeiras cabanas do arraial que foi chamado de Mata Cavalos. Àquele rio tão dadivoso eles deram o nome de *Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo* e em uma de suas margens eles invocaram a proteção da Virgem, consagrando-lhe uma pequena e rústica capela do mesmo nome. Como era o costume, em torno dessa capela e seguindo o curso das águas os desbravadores foram erguendo as primeiras edificações e dando forma ao arraial.

A notícia sobre a descoberta de ouro trouxe ao local muitos aventureiros, que passaram a experimentar técnicas de exploração mineral, não apenas no ribeirão e em suas margens, mas nas ribanceiras e em terra firme. No momento em que eles foram avançando para além do rio, mais edificações foram surgindo e o povoado foi se transferindo de Mata Cavalos para o entorno da *capela de Conceição*, erguida mais a leste das primeiras edificações.[4] Fonseca observou que nas regiões mineradoras as concessões de terrenos não se fizeram como em outras partes do Brasil, onde eram lavradas cartas de sesmarias. Nessas regiões os documentos estabelecendo as possessões só eram concedidos depois que as datas minerais e os primeiros acampamentos haviam sido instalados e eram redigidos observando um critério específico de medidas: "ao invés da "légua em quadra" do sistema sesmarial, a data de mineração era medida segundo uma unidade bem menor, a "braça em quadra", e o número de datas a serem destinadas a cada concessionário dependia do número de escravos a serem empregados nos trabalhos".[5] Esta forma de distribuição dos terrenos levou os mineiros, em geral proprietários de poucos escravos, a edificarem suas casas próximas umas das outras e aglomeradas em certo ponto do território.

Outro fator determinante na formação dos núcleos urbanos estava relacionado às regulamentações e à ação do poder religioso. A constituição das capelas e de seu patrimônio era feita a partir da doação de uma porção de terra por parte de um dos concessionários. Essa porção deveria ter espaço suficiente para a construção do edifício da capela, para o delineamento de seu adro, para a realização das procissões, que passariam ao seu redor, e deveria incluir um terreno que pudesse ser aforado gerando renda. Estas recomendações, instituídas e retomadas pelas autoridades eclesiásticas, condicionaram de certa forma a constituição dos povoados, pois era em torno dessas pequenas igrejas e de suas propriedades que os habitantes construíam suas moradias, instalavam seus negócios e vendas e traçavam os principais caminhos e vias.

Quando o arraial foi elevado à condição de vila de Nossa Senhora do Carmo, em 1711, novos edifícios precisaram ser feitos, substituindo alguns dos já existentes e conferindo à localidade um aspecto menos rústico e mais adequado à sede de um novo município. Seguindo as orientações do governo português, era necessário criar a casa da câmara, a cadeia e o pelourinho e reedificar a capela principal, que se tornaria a igreja Matriz. Ademais, era preciso delimitar a área do novo município e definir os terrenos públicos que serviriam ao uso comum dos habitantes e à expansão da vila. A partir daquele ano, portanto, a paisagem do arraial passou por modificações cada vez mais sistemáticas. O *Largo da Matriz*, por exemplo, recebeu uma estudada forma quadrangular e em seu centro foi assentado o *pelourinho*, símbolo do poder judicial e da autonomia municipal. Em suas imediações outros símbolos do poder civil foram instalados como a *Casa da Câmara e Cadeia*, a *Casa da Intendência*, a *Casa dos Juízes de Fora*, o *Palácio dos Governadores*, o *Quartel dos Dragões* e a *Casa de Fundição*. Seguindo o curso do rio e atravessando o *córrego do Seminário* foi erguida a *capela de Santana* e ao seu lado a *Casa de Misericórdia*; instalada nesse local, possivelmente, em observância às teorias médicas da época que diziam que hospitais, cemitérios e matadouros deveriam manter certa distância das aglomerações urbanas.[6]

Tais edifícios e edificações, realizadas nas proximidades da *igreja Matriz*, demarcaram aquele local como o centro da vila, deixando à revelia do tempo as casas que haviam sido erguidas décadas antes na parte mais antiga do povoado. Afora isto as inundações provocadas pelo *Ribeirão Nossa Senhora do Carmo* empurravam os moradores para mais perto dos novos edifícios, situados em terreno mais elevado em relação ao nível das águas. As cinco décadas de povoamento e a localização nesse sítio "mais cômodo", tanto no que se refere à segurança dos prédios quanto à sutileza das ladeiras, levaram Dom João V a escolher a vila de Nossa Senhora do Carmo para ser a sede do bispado em Minas Gerais. A decisão do rei foi comunicada ao governador da capitania, Gomes Freire de Andrade, em abril de 1745. Este recebeu a notícia com espanto, porque, embora nos últimos anos uma vila tivesse sido ali levantada, o rio havia levado consigo uma parte dela e a própria catedral ameaçava ruir.[7]

[4] Como pode ser observado nos mapas acima. A *capela da Conceição* foi construída no mesmo lugar onde hoje está a *igreja Matriz*.

[5] FONSECA, 1998, p. 30. Segundo a autora, uma légua em quadra equivalia, aproximadamente, a 6.173 m e uma braça em quadra equivalia a 2,2 m.

[6] FONSECA, 1998, p. 33-39.

[7] FONSECA, 1998, p. 40. A autora encontrou informações sobre uma grande inundação, ocorrida em 1743, que teria transformado a parte mais antiga da vila em praia e destruído as edificações da *Rua do Piolho* que ficava mais perto das margens do ribeirão.

© 2023 Global Journals

III. Transformação do Espaço e Fortalecimento de Redes de Poder

A criação do bispado implicava a elevação da vila a uma nova condição; desta vez à condição de cidade. E em virtude de suas edificações um tanto quanto precárias o rei decidiu que novos edifícios e novos caminhos fossem construídos. Nesta ocasião, tais construções deveriam ser feitas sob a orientação de um engenheiro militar e de acordo com uma visão iluminista que primava pela higiene e funcionalidade dos núcleos urbanos, ou seja, pela livre circulação do ar, das águas, dos carros e das pessoas. A atuação desses engenheiros, como mostrou Fonseca, fazia parte de uma política mais ampla do governo português que procurava encurtar a distância entre o centro irradiador do poder e seus domínios, controlando e vigiando o desenvolvimento das diversas povoações. Além desses técnicos, vários outros empregados régios foram enviados às colônias e o território passou a ser cada vez mais fracionado na forma de unidades administrativas interdependentes; daí a criação de vilas, cidades, municípios, comarcas e capitanias.[8]

Com relação à capitania de Minas Gerais, um dos principais sustentáculos das finanças portuguesas,[9] havia um interesse ainda maior em tomar as rédeas do povoamento. Para esta capitania foi enviado um verdadeiro exército de burocratas, encarregados de instituir um sistema tributário e manter a ordem num território que se transformava com o "afluxo incontido de forasteiros de todas as procedências, atraídos pela descoberta de ouro e diamantes".[10] A este respeito penso que as considerações de Vellasco (2004) sobre a forte presença do Estado, em Minas Gerais, merecem ser assinaladas. Para o autor a mineração e a acelerada ocupação do território constituíram-se numa das principais preocupações do governo português e demandaram sua ação imediata. Em suas palavras: "a realidade do surto minerador exigia do Estado a capacidade de intervir para desempenhar suas funções de taxar tributos, vigiar e supervisionar, enfim governar as coisas e as pessoas".[11] A partir deste momento, por conseguinte, os habitantes das Minas passaram a ter de enfrentar a intervenção inconteste do Estado e de uma burocracia administrativa, tributária e judiciária em proporções até então desconhecidas na colônia.[12]

A política urbanizadora adotada pelo governo português era orientada, assim, em duas direções: a instituição de várias categorias de empregados régios e o controle sobre a formação dos diversos núcleos urbanos. Por isso, a criação da primeira cidade da capitania mereceu a cuidadosa atenção de Dom João V que, em setembro de 1747, enviou às autoridades locais um conjunto de orientações para seu novo traçado. De acordo com a *Carta Régia*, na planta da nova povoação deveria haver uma ampla praça, de onde sairiam ruas "direitas e com bastante largura". Nestas ruas seriam erguidos os edifícios públicos; em seguida, seriam aforadas as demais faixas de terra, dando preferência aos moradores que tivessem de deixar suas casas para que essas edificações pudessem ser levantadas. Naquela mesma carta o rei encarregava os oficiais da Câmara Municipal de zelar pelo uso desses espaços e prédios públicos e de garantir que todas as edificações, inclusive as casas dos habitantes, fossem feitas de face para a rua, com paredes em linha reta e com os quintais localizados em seus fundos.[13]

Além dessas orientações, Dom João V indicou qual deveria ser o nome da nova cidade. Batizou-a de Mariana em homenagem à sua esposa, a rainha Dona Maria Anna D'Áustria; escolha que sem sombra de dúvida revelava as intenções do governo português em estreitar os laços e estabelecer uma relação mais íntima com a capitania mineira. A preocupação com a boa ordem do espaço público, a escolha de um nome que demonstrava seu apreço e vigilância sobre a região mineradora e a criação do bispado fizeram de Mariana um local estratégico e um símbolo da nova ordem social que se instaurava. Contudo, mesmo que a criação dessa cidade de traços tão regulares fosse o desejo soberano do rei, a Câmara Municipal e o engenheiro José Fernandes Alpoim tiveram de enfrentar uma série de obstáculos para sua execução.

Como indicou Fonseca, algumas irmandades tentaram intervir no traçado das ruas e o próprio bispo enviou uma representação ao rei, pedindo-lhe que recebesse com atenção as demandas que estavam sendo encaminhadas. Outro conflito apontado pela autora estava ligado à falta de consenso, entre a Câmara Municipal e alguns dos habitantes, sobre quais terrenos compunham ou deveriam compor o patrimônio da cidade. Diante de situações como estas, as autoridades locais tiveram de adaptar as orientações régias não somente às características geográficas, mas às demandas que iam sendo levantadas pelos próprios

[8] Entre os anos de 1711 e 1718 foram criadas em Minas Gerais oito vilas: Vila do Carmo, Vila Rica, Sabará, São João del-Rei, Caeté, Serro, Pitangui, São José del-Rei. Estas vilas e seus arraiais foram divididos em três comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes. Na mesma época, em 1721, foi criada a capitania de Minas Gerais.

[9] FONSECA, 1998, p. 42.

[10] COSTA, 1970, p. 15.

[11] VELLASCO, 2004, p. 190.

[12] PAULA (2000, p. 97-102), ao investigar as *Raízes da modernidade em Minas Gerais*, assinalou o caráter discricionário da ação do Estado português na capitania de Minas Gerais.

[13] CARTA RÉGIA. Lisboa, setembro de 1847.

© 2023 Global Journals

habitantes. Na segunda metade dos setecentos, portanto, a paisagem foi sendo transformada gradativamente e a decadente vila foi dando lugar a um conjunto planejado e refletido de ruas, calçadas, pontes, praças, chafarizes, prédios, casas e capelas.

As principais ruas do centro histórico da cidade foram traçadas e definidas naqueles anos. Logo ao lado da *igreja Matriz* havia um caminho que ligava a parte nova da cidade à parte mais antiga; era o principal acesso à catedral e como mandava o costume ele deveria receber o nome de *Rua Direita*.[14] Seguindo até a *ponte de Areia*, esta rua se destacava por seus sobrados lineares e contíguos, com as portas, sacadas e telhados parecendo ser o resultado de um mesmo risco. Essa linearidade foi retratada por V. J. Martins Braga, em 1824, na *Vista da cidade de Mariana*.



Fonte: J. V. Martins Braga, ilustração Vista da cidade de Mariana, 1824
(Arquivo da Casa Setecentista, Mariana, Minas Gerais, Brasil).

Em sua ilustração o artista escolheu representar no meio da folha o centro do próprio povoado; neste ponto delineou a catedral e o casario a sua volta, mas o que chamou a atenção foi sua percepção dos sobrados que ficavam em um dos lados da *Rua Direita*. Com algumas pequenas exceções, ele os retratou como se fossem um mesmo edifício, colocando as portas e janelas na mesma altura e deixando de assinalar as paredes que separavam um sobrado do outro.

Nesta parte mais nova da cidade concentrou-se o comércio e para ela se mudaram os moradores de mais posses.[14] Ali bem perto, no *Largo da Matriz*, reuniram-se, igualmente, estabelecimentos comerciais e foi instalado mais um dos vários chafarizes que passaram a compor a paisagem daquele núcleo urbano. Atravessando esse largo e seguindo pela rua ao lado da catedral, que era a *Rua da Intendência*, chegava-se a uma das praças projetadas por Fernandes Alpoim. Construída conforme a orientação do rei, essa "praça espaçosa"[15] tornou-se um importante espaço de sociabilidade e - até os dias de hoje - o principal ponto de encontro dos habitantes. Outro caminho que, do mesmo modo, consolidou-se nesse período foi aquele nomeado de *Rua Nova*. Foi nesta rua, especificamente na intersecção com a *Travessa de São Francisco*, que os vereadores decidiram construir a nova *Casa da Câmara e Cadeia*. Para o largo que precedia a este imponente edifício levou-se o *pelourinho* e mais tarde, em suas imediações, foram erguidas as igrejas das ordens terceiras de *São Francisco* e de *Nossa Senhora do Carmo*.[16]

A esta altura a cidade já contava com três pontes: uma mais antiga sobre o *Ribeirão Nossa Senhora do Carmo*, ligando o centro do povoado às casas que ficavam na margem oposta; outra que permitia a passagem pelo *córrego do Catete* - chamada *ponte de Areia*; e uma terceira construída para a travessia do *córrego do Seminário*. Ao esforço para uniformizar as construções e endireitar os caminhos

[14] FONSECA, 1998, p. 37.
[15] FONSECA, 1998; LEWKOWICZ, 1998.
[16] CARTA RÉGIA. Lisboa, setembro de 1847.
[17] Nos dois mapas apresentados anteriormente, FONSECA (1998) apontou a localização dessas ruas e construções; é importante sinalizar que algumas ruas aparecem em um e outro mapa com a variação de nomes legada pelo tempo e pelos novos usos. Sobre a construção das duas igrejas, a autora insinuou que elas foram construídas pelas elites dirigentes da cidade.

© 2023 Global Journals

somava-se a preocupação em prover a cidade com águas limpas; daí a instalação em diferentes locais de fontes e bebedouros. Acompanhando estas medidas de "aformoseamento" e "salubridade", as autoridades locais decidiram transferir a entrada da cidade, que ficava nas imediações da antiga *capela de São Gonçalo*, para a *Rua Nova*. Desta forma, os transeuntes poderiam perceber que não estavam chegando a um lugar qualquer. A princípio eles seriam saudados pela *igreja de São Pedro* e pela visão panorâmica da cidade e de seus novos edifícios; em seguida, descendo alguns quarteirões, eles se depariariam com a Câmara Municipal e todos os símbolos de poder que a circundavam.

Voltando à *Vista da cidade de Mariana*, tocou-me o silêncio da paisagem. Seu autor não retratou as pessoas, nem o movimento do vento ou das águas do ribeirão. O único movimento insinuado foi o do tempo. Como pode ser observado na ilustração, a *capela de São Gonçalo* foi representada com apenas uma de suas torres. A mudança para um "sítio mais cômodo", como disse anteriormente, teve como consequência o abandono dos edifícios construídos no antigo arraial. Por isso, em meados do século XIX, a estrutura da *capela de São Gonçalo* estava bastante deteriorada e uma de suas torres ameaçava desabar. Foi esta torre que Martins Braga não registrou em sua ilustração, porque naquele ano de 1824 ela já havia sido demolida. A decadência e o caráter marginal desse ponto da cidade acentuaram-se de modo mais premente no ano de 1852, quando o *cemitério* que pertencia à *igreja Matriz* foi transferido para o entorno daquela capela, que já se encontrava em ruínas.[17]

Outro aspecto da ilustração que me causou inquietação diz respeito à força e impetuosidade das montanhas. O engenheiro Halfeld e o naturalista Tschudi, no relato *A Província Brasileira de Minas Gerais*, descreveram os vários elementos da paisagem mineira. Quando falaram do relevo se expressaram de uma forma bastante semelhante à de Martins Braga: "um território ricamente irrigado, através do qual inúmeras serras serpenteiam de forma quase caótica".[18] Como fica claro na ilustração, o artista identificou a sinuosidade das montanhas, retratando a irregularidade das curvas e os diversos sentidos seguidos por cada uma das elevações, ora estendendo-se umas sobre as outras, ora escondendo-se umas sob as outras. A este traçado caótico e irregular, o artista contrapôs uma cidade de ruas "direitas" e fachadas "retas", que, embora estivesse sujeita aos desmandos do tempo, ia pouco a pouco dominando a rude paisagem mineira.

IV. Conclusão

> A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.[19]

Ítalo Calvino, em seu livro *As cidades invisíveis*, apresenta esse belo relato sobre a cidade e sua relação com o tempo e a história. Como para a cidade de Zaíra, Mariana contém seu passado, flagrado não apenas no traçado de ruas e na disposição de casarios, mas também na interseção entre cidade, morros, encostas, ribeirões e jazidas minerais. Dos muitos caminhos e histórias traçadas entre essas diferentes paisagens, destaca-se a intenção de autoridades locais e coloniais em exercer o controle do vasto território das minas, "endireitando" ruas e subjetividades, e ordenando a ocupação dos espaços públicos.

Referências Bibliográficas

1. CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
2. COSTA, Joaquim Ribeiro. *Tiponímia de Minas Gerais:* com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. 430p.
3. FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana:* história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. 27-66p.
4. LEWKOWICZ, Ida. Espaço urbano, família e domicílio: Mariana no início do século XIX. In: *Termo de Mariana:* história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. 87-97p.
5. PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156p.
6. VELLASCO, Ivan de Andrade. *Seduções da ordem:* violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. São Paulo: EDUSC, 2004. 328p.
7. VIANA, Fabiana da Silva. *Estado nacional, debate público, instrução primária*. Mariana/Minas Gerais. 1816-1848. 2012, 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

[18] FONSECA, 1998, p. 52.
[19] HALFELD e TSCHUDI, 1998, p. 69.
[20] CALVINO, 1990, p. 14-15.

© 2023 Global Journals

Fontes Históricas

1. CARTA RÉGIA. Lisboa, 23 de abril de 1745, citada por TRINDADE, Conego Raymundo. *Archidiocese de Mariana:* subsídios para sua história. São Paulo: Escolas profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1928. V. 1.
2. CARTA RÉGIA. Lisboa, setembro de 1847, citada por FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana:* história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. 27-66p.
3. HALFELD, H. G. F; TSCHUDI, J. J. Von. *A provincial brasileira de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

© 2023 Global Journals